

# Sem controle do capital volátil

Palocci rejeita idéia de Mercadante e diz que não pensa em taxar entradas de curto prazo agora

Roberto Stuckert Filho/25-4-2003

Givaldo Barbosa/29-4-2003

Vivian Oswald

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que o governo não pretende, pelo menos agora, adotar mecanismos de controle do capital de curto prazo. Palocci disse que não há sentido em interferir na entrada de recursos no país neste momento e que o assunto sequer está sendo debatido por sua equipe. O ministro destacou ainda que o prazo das captações feitas no exterior está progressivamente passando de curto para longo.

Palocci explicou que, em qualquer país do mundo, depois de uma crise de credibilidade como a sofrida pelo Brasil no fim de 2002, o ajuste sempre se inicia com capital de curto prazo. Segundo ele, se há consistência na política econômica e ordenamento institucional, os prazos dos investimentos aumentam naturalmente.

— Este é um movimento natural da entrada de capital. É preciso favorecê-lo e não criar medidas para regulá-lo ou obrigá-lo a se acelerar. As coisas estão caminhando e não há por que adotar medidas como essa — disse o ministro, citando que das últimas 16 captações externas feitas por bancos e empresas, 12 têm prazo superior a 360 dias.

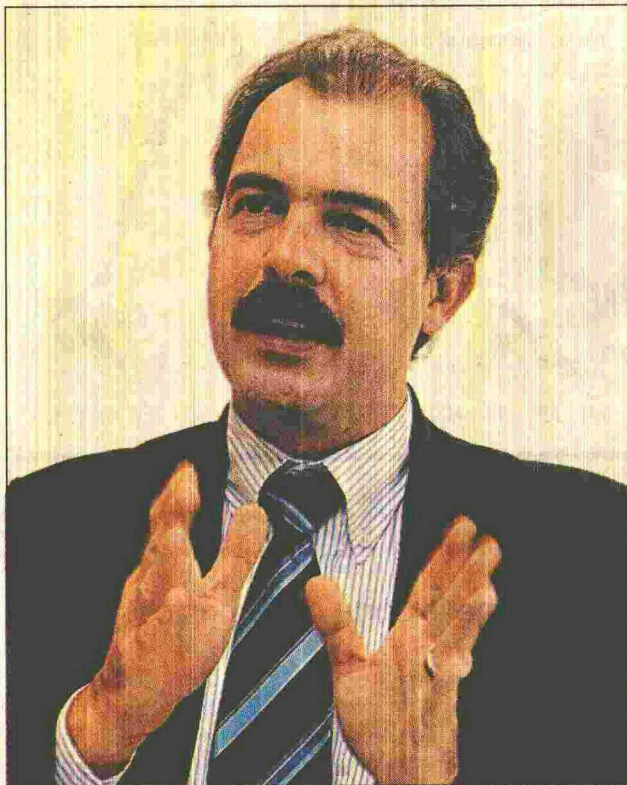
## Em abril, US\$ 1,8 bi de fluxo positivo

• A idéia, no entanto, é defendida pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Assim como fez com a proposta de o país adotar metas de superávit anticíclico, Mercadante está precipitando as discussões em torno de mecanismos de controle do capital de curto prazo, que é atraído por juros altos e deixa o país em momentos de crise.

Em entrevista ao jornal “Valor”, Mercadante disse que, num primeiro momento, a redução dos juros pode ser um mecanismo de proteção contra o capital volátil. Mas se o país estiver com uma boa situação nas contas externas, esses recursos poderiam ser taxados. Apesar de contrário à idéia, Palocci não vê problema no debate:

— A política econômica tem que ser debatida francamente. Agora, medidas em relação ao controle de capital não estão colocadas. Não são pauta do ministério neste momento.

Desde o início do governo, Mercadante e Palocci têm trocado opiniões divergentes pela mídia. Na pri-



O SENADOR Mercadante: controle do capital de curto prazo



O MINISTRO Palocci: assunto fora da agenda do ministério

meira delas, foram atribuídas ao senador declarações sobre a existência no governo de um Plano B para enfrentar turbulências econômicas. A informação foi negada pela Fazenda. Recentemente, Mercadante defendeu a adoção de mecanismos para segurar a queda do dólar, em benefício das exportações. Palocci afirmou publicamente que o gover-

no não iria interferir no câmbio.

Polêmicas à parte, o fluxo cambial se mantém positivo e já é mais que suficiente para suprir as necessidades do país. Em abril, o início das exportações de produtos agrícolas fez com que as entradas de dólares no Brasil superassem as saídas em US\$ 1,825 bilhão. O resultado foi 70 vezes superior aos US\$ 26 milhões

registrados há um ano.

Este ano, o superávit comercial em contratos de câmbio foi de US\$ 2,917 bilhões para um déficit financeiro de US\$ 820 milhões. Nas contas CC5, tradicional fonte de saída de recursos, o déficit foi de US\$ 272 milhões, contra US\$ 396 milhões em abril de 2002. ■

COLABOROU: Enio Vieira